

URGÊNCIA POLÍTICA

O Monitoramento da CEDAW

Será a primeira vez que a sociedade civil brasileira irá se posicionar sobre o cumprimento ou não, pelo Estado brasileiro, dos termos da *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)*. A iniciativa está sendo liderada por CLADEM e Agende que, num esforço nacional, divulgaram o questionário para ser utilizado por mulheres, organizações e redes que desejem contribuir. O prazo para envio das avaliações é 24 de fevereiro.

A CEDAW é um instrumento jurídico internacional, adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 18 de dezembro de 1979, que entrou em vigor depois de ter sido ratificado por 20 Estados-partes. O cumprimento dessa Convenção é monitorado por uma comissão internacional, que estará recebendo relatórios da sociedade civil brasileira até junho deste ano.

É importante contar com informações de distintos estados brasileiros. Para isto, é preciso mobilizar nos estados as ONGs, pesquisadoras, articulações e fóruns feministas que possam contribuir avaliando o relatório do governo e apresentando comentários no formulário enviado por CLADEM e Agende. Para o caso de dúvidas no preenchimento do questionário ou para ter o próprio formulário ligar para: Andréa Mesquita (61) 2733551 ou 96185267. Outras informações, escreva para: cladem@uol.com.br ou agende@agende.org.br.

Uma mulher no CDES

Sueli Carneiro, feminista negra do Geledés - Instituto da Mulher Negra, é nossa voz no **Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES**. Indicada por distintas redes e articulações de ONGs e movimentos latino-americanos, inclusive redes brasileiras, Sueli escreveu a todas/os colocando sua representação a serviço do feminismo e das lutas anti-racistas no Brasil. Sua suplente é Jurema Werneck, do Criola e, em breve, estará articulado um grupo feminista para interlocução com ambas sobre a pauta do CDES. A idéia é qualificar a incidência feminista neste espaço.

Para além dos momentos de reunião do Conselho, Sueli pretende manter interlocução com distintos ministérios com assento no CDES. Ela já teve audiência com o ministro do Trabalho, Jacques Wagner, junto ao qual ressaltou as questões de gênero e raça nos contextos de desemprego, trabalho e renda. Algum efeito ela avalia ter alcançado, pois na reunião do CDES o ministro Wagner já ressaltou a necessidade de se ter atenção aos setores mais prejudicados no campo do trabalho, destacando as mulheres e, em especial, as mulheres negras.

Da primeira reunião do Conselho, Sueli destaca como vitória o fato de ter sido aceito o marco ético proposto por José Antonio Moroni (Fórum Nacional de Assistência Social) para debate da Reforma da Previdência. A proposta foi construída no espaço de debates da Inter-redes e aponta a previdência como política de distribuição de renda com caráter de justiça social. Isto difere do discurso liberal, hoje hegemônico, que propõe a reforma da previdência orientada para transformá-la simplesmente num seguro, ao qual teria direito apenas quem contribui (sistema contributivo). Na avaliação feminista, se prevalece o sistema contributivo, isto afetaria diretamente às mulheres, maioria entre os setores do emprego informal, que não contribui para previdência.

Longa vida à UIALÁ MUKAJI!

A mais nova organização de mulheres em Pernambuco e a primeira organização de mulheres negras nesse estado foi formalmente criada em 7 de fevereiro, depois de muitos meses de articulação.

Na Uialá Mukaji, que em língua quimbando significa *resistência feminina*, estão militantes do Fórum de Mulheres de Pernambuco, entre as quais: Delma, do Centro de Cultura Luís Freire; Edicléia e Nadeje, das ONG Loucas de Pedra Lilás; Itanaci, da Casa da Mulher do Nordeste; e Anilda, da Comissão Estadual de Mulheres da CUT. Na coordenação, Vera Baroni.

CONtextos - Dilemas e impasses nas políticas contra AIDS

No contexto da propaganda do Ministério da Saúde para o uso da camisinha, noticiamos na edição anterior do *AE* as críticas dos Fóruns de ONGs AIDS e da Comissão Nacional DST/AIDS, registrando também o posicionamento do Ministério e as recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Nesta edição, anexamos para todas/os que desejam acompanhar os debates para além do marketing e da grande mídia: o manifesto assinado por ativistas da AIDS, o parecer do CNS, a nota oficial do Ministério e um texto sobre as questões da pandemia elaborado por Kátia Guimarães, coordenadora do Fórum de Mulheres do DF e sua representante na AMB.

Na mídia, o assunto está polemizado numa perspectiva que apresenta um pseudo embate entre: um hipotético conservadorismo dos movimentos sociais *versus* novos padrões de identificação e sexualidade da jovem mulher brasileira.

O Ministério da Saúde manteve a campanha sob o argumento de que o uso de personagens da indústria cultural de massa contribui para “abreviar seus esforços” nas mensagens de prevenção, o que se aplica tanto em propaganda *apoiada* pelo Ministério e protagonizada por Sandy & Júnior, como no caso da campanha do próprio Ministério, com a participação de Kelly Key. Apesar de se desejar uma propaganda educativa, onde se tem a perspectiva da mudança, o que assistimos é a prevalência de uma lógica da eficiência, própria do mercado, nas estratégias educativas.

Em propagandas, o uso de figuras da mídia que têm servido à lógica do mercado até pode, eventualmente, ser

algo bom. Mas, por outro lado, corre-se o risco de reforçar os valores e a imagem que já está associada a essas figuras. No caso de Kelly Key, a imagem de um feminino hipersexualizado; no caso de Sandy & Júnior, a de uma pseudo sexualidade bem comportada. Essas imagens são seccionadas por classe, na lógica segmentada de comunicação do Ministério (veja a nota oficial). Quais os efeitos de longo prazo destas opções do Estado pela lógica rápida e recheada de simplificações do mercado da propaganda? Vale a pena este tipo de opção?

O que o mercado constrói como dilema no debate das propagandas se apresenta como *impasse* nas políticas de tratamento da AIDS. Nestas, também têm prevalecido a lógica de mercado, impedindo o acesso universal das pessoas aos remédios, tanto pela disputa sobre os direitos de patentes, como pela imposição do ajuste fiscal nos acordos dos países com o FMI e o Banco Mundial, ou seja: cortes no orçamento social para garantir pagamento da dívida dos Estados. Isto foi denunciado nos debates promovidos por movimentos, inclusive feministas, no III FSM.

É difícil propor alternativas? É. Construir outras formas de propagandas educativas é difícil. Vencer o poder dos mercados e das instituições financeiras multilaterais é também difícil. Principalmente, porque as soluções exigem tempo e isto alonga, ao invés de “abreviar esforços”. Mas, alternativas e novas soluções é o que se espera dos movimentos sociais e do governo federal que se inicia. Afinal, “os que propõem a mudança são *parte* do que precisa ser mudado”. Por isso, o debate é pertinente. Que os arquivos anexados possam aprofundá-lo.

Políticas para as Mulheres

O esforço para superar os cortes no orçamento federal

Com um corte de recursos acima de 80% no orçamento, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres deverá investir ainda mais na articulação com os mais diversos setores do governo responsáveis pelas políticas públicas, a fim de garantir a execução de ações que signifiquem a redução das desigualdades entre mulheres e homens na sociedade brasileira. Foi o que declarou a secretária adjunta, Maria Laura, em entrevista ao *AE*. Segundo ela, o que já era uma estratégia da Secretaria passou a ser uma prioridade: “nós queremos que esta estratégia se transforme na principal novidade no governo Lula”. Neste sentido, ela acredita que os movimentos de mulheres são parceiros privilegiados no controle social de todas as políticas, principalmente considerando que a ação da Secretaria será no sentido de influenciar no Plano Plurianual e, no acerto das articulações internas do governo, ressaltar as necessidades de maiores recursos: “a própria execução das políticas, a nosso ver, demonstrará as necessidades de ajuste”, diz Maria Laura.

Falando especificamente de programas ligados à Secretaria, ela destacou que serão mantidos, até por exigência dos movimentos, os recursos destinados a casas-abrigos e para delegacias de mulheres, em parceria com estados e municípios.

Quanto ao grupo de trabalho para pensar uma nova estrutura e composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, apesar da redução de participantes, ficou garantida, segundo Maria Laura, a representatividade necessária para a tarefa a ser desempenhada pelo grupo, onde consta a necessidade de ouvir os movimentos e a sociedade sobre qual formato de ser adotado no novo CNDM.